

MUDANÇAS NO PENSAMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO: o novo-desenvolvimentismo brasileiro

Vânia Cardoso da Motta

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

MUDANÇAS NO PENSAMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO: o novo-desenvolvimentismo brasileiro

Resumo: Este artigo discorre sobre o processo de mudança do pensamento sobre o desenvolvimento formulado pelos organismos internacionais na virada do milênio e sobre o modelo novo-desenvolvimentista que vem sendo implementado no Brasil a partir do segundo mandato do governo de Lula. Objetiva indicar elementos que foram introduzidos nesse período e que possam contribuir com as análises da atual conjuntura, à luz dos debates sobre o nacional desenvolvimentismo dos anos 1950-70.

Palavras-chave: Capital social, ideologia do desenvolvimento, organismos internacionais, novo-desenvolvimentismo.

CHANGES IN THINKING ABOUT DEVELOPMENT: the new Brazilian developmentalism

Abstract: This article discusses the change of mind process on development formulated by international organizations at the turn of the millennium and the new-developmental model that is being implemented in Brazil since the second term of Lula's government. It aims to point at elements that were introduced during this period and may have contributed to the analysis of the current situation in the light of debates over national developmentalism between 1950-70.

Key words: Social capital, ideology of development, international organizations, new developmentalism.

Recebido em: 25.01.2012. Aprovado em: 22.10.2012.

1 INTRODUÇÃO

No governo de Luis Inácio Lula da Silva, mais especificamente a partir do segundo mandato, a ideia de desenvolvimento econômico e social do país é retomada e difundida pela base governista como um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo. Neste modelo “novo-desenvolvimentista” são resgatados elementos do nacional desenvolvimentismo dos anos 1950-1970, tais como crescimento econômico e redistribuição de renda, porém ainda operando segundo as premissas do “livre” mercado, das grandes fusões e aquisições de empresas, da hipertrofia do capital financeiro, entre outros aspectos que compuseram a dura conjuntura neoliberal para os trabalhadores.

Entendemos que a inserção dessas “novas” medidas econômicas, após a crise de hegemonia da “doutrina neoliberal” no limiar do século XXI (PAULANI, 2008), expressa uma nova composição de expansão do capital com novos elementos de hegemonia sem, contudo, superar sua estreiteza.¹

No âmbito deste artigo, buscaremos indicar elementos que possam contribuir para algumas reflexões sobre a atual conjuntura desenvolvimentista no Brasil, a partir de uma perspectiva histórico-cronológica da trajetória do pensamento desenvolvimentista dos anos 1930 até a virada do milênio. Inicialmente, fazendo um breve resgate da discussão sobre desenvolvimento, analisados à luz de clássicos do pensamento crítico social brasileiro, que indica o caráter ideológico que permeia e permeou os processos políticos calcados na ideia de desenvolvimento econômico e social em suas diferentes fases de expansão do capital. Seguiremos indicando o processo de mudança do pensamento sobre desenvolvimento que ocorre na direção dos organismos internacionais na virada do milênio. E, por último, noções sobre o modelo novo-desenvolvimentista brasileiro em curso.

2 IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A ideia de desenvolvimento na América Latina surgiu nos anos 1930-40 no processo de enfrentamento dos problemas imediatos e severos da “grande depressão” dos anos 1930, associada à tese de modernização dos setores produtivos e sociais como forma de transição ao capitalismo avançado. Tratava-se de um projeto político de desenvolvimento da nação brasileira e de transição ao capitalismo avançado, em meio a uma grande crise econômica e política².

Florestan Fernandes (2006, p. 254), ao esboçar um estudo sobre “a formação e o desenvolvimento da ordem social competitiva”, apontou três modalidades de pressão sofrida pela burguesia brasileira depois da década de 1930: 1) a “pressão de fora para dentro, nascida das

estruturas e dinâmismos do capitalismo monopolista mundial” que ameaçavam vários interesses internos e punham em causa “a base material de poder de certos setores da burguesia brasileira; 2) a pressão do “proletariado e das massas populares” voltada para a formação de um “novo pacto social”, porém “contida nos limites da ‘revolução dentro da ordem’”; 3) a intervenção do Estado na esfera econômica. A reação da burguesia brasileira, mais especificamente “dos setores dominantes das classes altas e médias”, frente a estas pressões foi aglutinar “em torno de uma contra-revolução autodefensiva”. (FERNANDES, 2006, p. 255).

Até então, esclareceu Marini (2010, p. 103), a teoria social produzida nos países latino-americanos partia das considerações da questão nacional. Mas foi nos anos pós-segunda guerra, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)³ que um corpo teórico sobre desenvolvimento econômico foi fortalecido e se formou uma “corrente estruturada e [...] original de pensamento sobre a região”, sistematizada como teoria do desenvolvimento⁴.

As teses centrais da teoria do desenvolvimento cepalino, calcadas no etapismo e na modernização, concebem o desenvolvimento econômico como um continuum no qual o subdesenvolvimento constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno (superar etapas do atraso de certos setores produtivos como forma de atingir o modelo de desenvolvimento dos países centrais) e implica a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas dos países periféricos, nos padrões dos países centrais.

Segundo Marini (2010, p. 104), tais análises foram realizadas em decorrência da necessidade de “responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiam para a vida independente, a partir do processo de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais”. A base metodológica da teoria de desenvolvimento cepalina era “explicar e justificar essas disparidades”. (MARINI, 2010, p.106). No entanto, “por ser essencialmente descritiva, não possu(ia) nenhuma capacidade explicativa” (MARINI, 2010, p. 106), o que indicava o caráter ideológico da teoria do desenvolvimento produzida e amplamente difundida pela Cepal.

Nesse período histórico, as disputas pela hegemonia são acirradas com a formação de dois grandes blocos antagônicos – socialista e capitalista. E havia uma tensão relacionada ao aumento da influência comunista nos novos países independentes. Nesta perspectiva, dois aspectos centrais estavam postos na teoria do desenvolvimento cepalino: sua imbricação direta com o “problema” da pobreza nesses países e a ascensão de políticas de segurança que extrapolaram as fronteiras de Estado⁵.

A concepção de desenvolvimento predominante, que entendia a condição de “subdesenvolvimento” econômico e “atraso” cultural como impeditivos ao progresso, também via a pobreza como uma “ameaça à coesão social”, um risco à segurança internacional. Conforme McNamara, então diretor do Banco Mundial: “a pobreza é a mãe do comunismo que destrói as liberdades e a democracia”. (LEHER, 1998, p. 199).

É importante destacar, também, que o processo de transformação da estrutura produtiva interna brasileira foi possível por causa das condições extremamente favoráveis do capitalismo mundial no pós-guerra. Tratava-se de um período de extraordinária expansão e crescimento das economias e de internacionalização do capital produtivo, e o Brasil possuía um grande mercado potencial. Nesse sentido, a inserção internacional do Brasil como resultado do processo de industrialização deu-se dentro do “padrão de desenvolvimento tardio” e, em grande parte, de forma subordinada ao processo mais global e com a conservação da dualidade estrutural, combinando “setores atrasados” com “setores modernos”, do tipo “desigual e combinado”⁶.

Já Florestan não atribui o capitalismo dependente exclusivamente à dominação externa. Trata-se de uma variante do capitalismo, moldado pelas forças sociais hegemônicas articuladas

De fora para dentro’ (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e ‘de dentro para fora’ (da periferia para os centros hegemônicos). (CARDOSO, 2005, p.18).

Um tipo de capitalismo dependente marcado pela sobreexploração e sobreexpropriação realizadas pelas burguesias internas e externas.

Celso Furtado (1974), pós-período na Cepal, concluiu que se tratava de um mito. Octávio Ianni, Florestan Fernandes e outros intelectuais também encaminham suas análises apontando o caráter ideológico do pensamento desenvolvimentista predominante e sua perspectiva na dinâmica da luta de classes. No entanto, foi Miriam Limoeiro Cardoso que tomou a “ideologia do desenvolvimento” como objeto de estudo. Cardoso (1978), à luz de Marx e Gramsci, identifica ideologia como fator de exercício hegemônico com funções de direção e domínio que se define como produto das relações entre classes e parte de uma estrutura determinada pela base econômica. Focou sua análise no momento em que, segundo a autora, se forja uma nova hegemonia estadunidense,

Sob a qual se projeta um novo ciclo de expansão do capitalismo em que as regiões então chamadas ‘pobres’

do mundo eram estratégicas, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político⁷.

Discorre a autora que:

Segundo a ideologia, o desenvolvimento interessa a todos [...] quer se trate de nação avançada ou atrasada. [...] a expansão do sistema é uma finalidade universalmente positiva: para os que comandam a expansão e para os que cooperam com ela, assim como para os que são por ela incorporados. Não é necessário um esforço muito grande para localizar aí um processo em que as vantagens de alguns são racionalizadas e por eles mesmos apresentadas como abrangendo todos, escurecendo, deste modo a exclusão de outros, talvez muitos, e conseguindo a participação destes na produção daquelas vantagens de que eles próprios estão excluídos. (CARDOSO, 1978, p. 413).⁸

Na perspectiva de luta de classes, Fernandes (1981, p. 163-164) discorreu que a expansão e a internalização do modo de produção e civilizatório capitalista implicaram também mudanças socioculturais, produzidas pela nova relação entre aquele que detém o meio de produção e aquele que vende sua força de trabalho. Para o autor, o conflito, que diz respeito às lutas de classes, e o planejamento, relacionado ao papel determinante do Estado, são “as duas formas básicas capazes de impor alterações de caráter estrutural”. É “a posição das classes sociais na estrutura de poder da sociedade” que “determina e gradua a maneira pela qual as mudanças sociais se concretizam historicamente” e “os interesses e os valores sociais a serem consagrados ou beneficiados pelas mudanças socialmente necessárias e in flux”. (FERNANDES, 1981).

Para alguns intelectuais a estratégia “nacional-desenvolvimentista” brasileira, apesar de não estender seus benefícios a toda população, foi de certa forma bem sucedida. Coutinho (2000) indica que nesse processo intensivo de modernização a sociedade civil tornou-se mais complexa, do “tipo ocidental”, isto é, com certo equilíbrio na correlação de forças entre classes⁹.

No entanto, com a crise econômica mundial que se instaurou nos anos 1960-1970 esse modelo desenvolvimentista brasileiro sinalizava seu esgotamento. A partir de então, sem citar as consequências políticas de vinte anos de ditadura militar, a sociedade brasileira herda uma enorme dívida financeira externa - “crise da dívida” do início dos anos 1980 -, a manutenção de velhos desafios sociais e novos desafios políticos.

3 O PROCESSO DE MUDANÇA DO PENSAMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Nos anos 1970, com a dinâmica do capitalismo global num contexto de crise econômica, com as disputas entre setores econômicos, com os avanços tecnológicos, etc., eclodiu uma nova divisão internacional, sob as bases da hipertrofia do capital financeiro e da ideologia neoliberal. Conforme discorreu Leher (1998), processa-se, nesse contexto, a passagem da ideologia do desenvolvimento para a ideologia da globalização. Houve, no entendimento de Cardoso (2000, p. 113), um tipo de ocultamento da concepção desenvolvimentista tendo em vista que “a temática do ‘desenvolvimento’ tenderia mais a evidenciar (a) exclusão” que se realizaria mais intensamente com o novo modelo econômico de “livre” mercado e poderia privilegiar a “análise do processo histórico”, demandando

Alguns entendimentos do processo que a cria [...], até porque está em pauta uma mudança de rota – da inclusão desenvolvimentista para a exclusão produzida pelo capital rentista. (CARDOSO, 2000, p. 113).

Já na segunda metade dos anos 1990 foi deflagrada uma reação antiglobalizante, tendo em vista o alto custo social resultante das políticas neoliberais: desemprego, precarização do trabalho e aumento da pobreza, mais intenso nos países de capitalismo dependente, porém não exclusivo a eles¹⁰. A tensão decorrente deste quadro social provocou a necessidade de setores dominantes operarem novos encaminhamentos – políticos, sociais e econômicos – e, com eles, novos mecanismos de hegemonia (MOTTA, 2007) resgatando a ideia sobre desenvolvimento.

Segundo o Banco Mundial (2004, p. 3-15), alguns fatos históricos criaram a possibilidade de retomar o pensamento sobre o desenvolvimento, entre eles: o “fracasso” atribuído ao Fundo Monetário Internacional (FMI) das “lições dos programas de ajuste da década de 1980” (Consenso de Washington) que incluíam a “promessa” de que com os mercados “livres” das amarras do Estado seria gerado um acúmulo tal de riquezas que, naturalmente, seriam “derramadas” às camadas mais pobres; o fim da Guerra Fria, que segundo o Banco, removeu “as vendas dos olhos dos países doadores, que eles próprios haviam colocado” para evitar investigações sobre os “fracassos de governança”. O Banco Mundial assume alguns erros de encaminhamento político em prol da urgente necessidade de recompor a estabilidade política, tendo em vista o receio pelos riscos da perda das “bases de governabilidade” e de “ruptura da coesão social”¹², principalmente nos países que mais sofreram o impacto das políticas

neoliberais.

Ao elaborar uma retrospectiva sobre as políticas macroeconômicas dos anos pós-segunda guerra - nas quais se compreendia que o processo de desenvolvimento seria mais bem conduzido através do Estado - e sobre as políticas dos anos 1970-90, mais especificamente as do Consenso de Washington - nas quais defendia uma posição contrária, ou seja, a interferência do Estado na economia impedia o desenvolvimento -, o Banco Mundial menciona que

[...] tornou-se evidente que as estratégias simples de desenvolvimento e redução da pobreza eram ilusórias. Embora os mercados sejam instrumentos poderosos para a redução da pobreza, também é importante contar com instituições para assegurar que os mercados sejam eficientes e beneficiem os pobres. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 200, grifo nosso).

Na virada do milênio, a compreensão de desenvolvimento toma um caráter mais “pragmático”, segundo a equipe do Banco Mundial, superando “dogmas antigos [...], pacotes de políticas padronizados, soluções milagrosas receitas [...] para todos os países” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 4). Segue um trecho do relatório:

Os últimos 10 anos presenciaram uma mudança radical no pensamento e na prática do desenvolvimento. Compreendemos melhor o conceito de pobreza e a dinâmica da redução da pobreza. E nossa compreensão tornou-se mais pragmática, conduzida não por dogmas, mas pelas realidades dos países. Essa mudança no pensamento do desenvolvimento mudou os mecanismos de ajuda do Banco Mundial e do FMI e da comunidade de doadores como um todo. (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 15, grifo nosso).

Nessa perspectiva analítica e interventiva as instituições e a governança assumem papel central por quatro motivos:

Primeiro, o fracasso dos programas de ajuste estrutural para desencadear o crescimento em muitos países de baixa renda na década de 1980 [...]. Segundo, e talvez o mais importante, o fim da Guerra Fria [...]. Até o início da década de 1990, os Estados Unidos e seus aliados haviam evitado investigar os fracassos de governança dos Estados intermediários por medo de prejudicar o que consideravam baluartes contra a expansão comunista [...]. Terceiro, a transição das economias do Leste

Europeu e da antiga União Soviética no início e em meados da década de 1990 [...] enfatizou a grande importância das bases institucionais para os mercados e para a boa política. Quarto, a crise financeira no Leste da Ásia em 1997-98 demonstrou que mesmo onde as políticas haviam apoiado o crescimento rápido e a redução da pobreza, a fragilidade das bases institucionais e da governança pode afetar toda a estrutura do progresso do desenvolvimento. (BANCO MUNDIAL, 2004, p.5-6).

Na concepção dos organismos internacionais a precariedade das instituições públicas colabora com a persistência da pobreza e da exclusão social e econômica que se realiza nos países menos desenvolvidos e põe em risco a estabilidade política, conseqüentemente, a coesão social. É nesse sentido que na nova abordagem de desenvolvimento a equidade e a igualdade de oportunidades são fatores fundamentais e o foco de atenção nos programas de “reforma e modernização do Estado” passa a estar nas instituições públicas e nas organizações da sociedade civil. Conforme expresso no documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (2000, p. 4):

La modernización del Estado [...] implica, a su vez, un proceso complementario y recíproco de fortalecimiento de la sociedad civil. No hay Estado eficiente con una sociedad civil débil.

Enfim, a defesa gira em torno da melhoria da qualidade institucional para garantir a estabilidade política e econômica, garantir os direitos de propriedade e os contratos, fornecer suficientemente bens públicos e limitar a predação e a corrupção dos governos. E isso exige que se estabeleça uma boa governança no sentido de implementar ações públicas descentralizadas, participativas e, fundamentalmente, sensíveis às necessidades dos pobres.

Na liderança de definições das ações da CEPAL, o Secretário Executivo José Antonio Ocampo (2003, p. 26) expôs que esse debate sobre a agenda do desenvolvimento do milênio tendia a ordenar-se em torno de dois eixos principais e complementares:

[...] por una parte, la búsqueda de un nuevo equilibrio entre el mercado y el interés público y, por otra, la concepción de las políticas públicas como formas de acción en favor de objetivos de interés común, que no se limitan a las acciones estatales. De esta manera, se pone de relieve la necesidad de abrir nuevas oportunidades para la participación de la sociedad civil y superar, por ese camino, ala crisis del Estado que repercute por

igual en los mundos desarrollado y en desarrollo.

O “equilíbrio” entre as esferas pública e privada foi, ao mesmo tempo, uma preocupação e uma tendência que abarcou diversos matizes políticos liberais e socialdemocratas. Fukuyama (2005) se redime em relação à sua tese sobre o “fim da história” e afirma que a polarização entre ricos e pobres é uma ameaça à coesão social. A convergência de instituições em torno do modelo de capitalismo democrático não significa o “fim das ameaças à sociedade” (FUKUYAMA, 2005, p.16). Para usar a terminologia de Fukuyama, o “mundo histórico” ameaça o “mundo pós-histórico”, ou ainda, a “barbárie” ameaça a “civilização”. Para Giddens (2005), formulador da “terceira via”, nos tempos da globalização o grande desafio é a “governança” da contradição entre a expansão do individualismo e o conservadorismo filosófico de valores como família e democracia. Nesta perspectiva, para o autor, era preciso consolidar uma “esquerda moderna” voltada para governar um tipo de capitalismo “competente e justo”. (MOTTA, 2007, p. 81).

O que estava em foco não era somente estabelecer estratégias de desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, de desenvolvimento social, visando a amenizar os efeitos das políticas neoliberais e, principalmente, manter a estabilidade política. Conforme expresso no relatório do Banco Mundial (2004, p. 5):

A exclusão de grandes segmentos da sociedade desperdiça recursos potencialmente produtivos e gera conflito social” e “sem participação ampla, sem mais capital humano e capital social, é improvável que o desenvolvimento seja rápido e sustentável.

O suporte teórico-metodológico que passou a fundamentar as ações interventivas dos organismos internacionais para o “desenvolvimento do milênio” foi a “teoria do capital social” de Robert Putnam (2002)¹². Na sua perspectiva analítica, para que se tivesse um processo de desenvolvimento econômico e social bem sucedido as dimensões cultural e moral deveriam ser inseridas nas políticas públicas¹³.

A expressão “capital social” não é nova, mas no enfrentamento das novas expressões da “questão social”¹⁴ ganha uma roupagem nova, focada nas instituições¹⁵. O sentido geral que vem sendo atribuído ao termo expressa, basicamente, “a capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos”. (D’ARAÚJO, 2003, p.10).

Para Motta (2007), a noção de capital social trata-se, afinal, de um mecanismo de hegemonia de função de direção intelectual e moral que implica

um processo de despolitização da sociedade civil e de esvaziamento do sentido público – reforçando a concepção liberal de sociedade civil como trama de interesses privados, porém agora mediados pelo terceiro setor e parcerias público-privadas, em conformação com as condições impostas pelo grande capital. E a retomada da ideia de desenvolvimento na virada do milênio traz novas determinações que exigem exaustivo exame, tendo em vista que na especificidade brasileira essa tendência vem se realizando sob a direção de governos “progressistas” e está permeada por profundas contradições.

4 O MODELO NOVO-DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

A partir do segundo mandato do governo de Lula os anúncios sobre crescimento econômico passam a ser associados ao de desenvolvimento social, justificados pelo o que seria a implementação de um modelo alternativo ao neoliberalismo, denominado de “novo-desenvolvimentista”¹⁶. Progressivamente é possível constatar a proposta sendo objetivada através de “programas de aceleração do crescimento”, de investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao empresariado brasileiro, políticas de redistribuição de renda, etc.¹⁷

Entendemos que os novos mecanismos de hegemonia introduzidos pelas agências multilaterais para o “desenvolvimento do milênio” mais as mudanças no âmbito econômico propiciaram as condições favoráveis para o fortalecimento das frações de economistas desenvolvimentistas situados na base do governo federal. E, no âmbito social, estava posta a condição de elaboração política voltada para o alívio da pobreza, conforme visto anteriormente, num processo de harmonia entre Estado, sociedade civil e mercado.

Para Castelo (2010), o modelo “novo-desenvolvimentista” busca resgatar a “conciliação entre capital e trabalho tendo em vista o ‘interesse nacional’, abstrata e voluntariamente colocado acima dos conflitos antagônicos de classes” (p.198), presente nos princípios nacional-desenvolvimentistas dos anos 1950. No entanto, entendemos que se trata de uma abordagem complexa, uma vez que tem sido uma tendência não só na base governista¹⁸ como também entre economistas tanto ligados à socialdemocracia como ao social-liberalismo (PEREIRA, 2002) e escopos propositivos de outros economistas brasileiros, tais como o próprio Luiz Carlos Bresser Pereira¹⁹ e pela “nova” Cepal. (CARCANHOLO, 2010).

Para Sicsú, De Paula e Michel (2005, p. 513), a “reforma de gestão pública” requer “maior profissionalização da gestão pública” e “certo grau de descentralização do Estado”, transferindo

determinadas funções às agências “(semi) autônomas” e serviços sociais e científicos a organizações públicas, semi ou não-estatais.

É importante destacar que a concepção de Estado gerenciador está presente desde a reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como o processo de privatização nas esferas estatais e sociais. O que se percebe nos governos seguintes é a manutenção dessa abordagem, com o aumento crescente de parcerias público-privadas nas esferas sociais e da desresponsabilização do Estado na garantia dos direitos sociais conquistados, haja vista o crescente número de “organizações sociais” criadas pelos setores públicos federais, estaduais e municipais nas áreas da saúde, cultura e educação²⁰, como também a inserção de novos elementos.

Segundo Barbosa e Souza (2010), as principais visões sobre economia no governo Lula podem ser divididas, grosso modo, em duas vertentes: uma mais próxima do consenso neoliberal e outra defensora de um papel mais ativo do Estado no desenvolvimento econômico e social ou entre uma visão neoliberal que predominou no período entre 2003-2005 e outra desenvolvimentista sobre política econômica, a partir de 2005. Segundo esses economistas, em contraponto ao caráter teórico e ideológico mais coeso dos liberais, os desenvolvimentistas adotaram, então, uma postura mais pragmática em torno da defesa de três linhas de atuação: acelerar o crescimento econômico e aumentar a capacidade produtiva do país combinando medidas de redução das desigualdades, distribuição de renda e investimento público.

É fato que nos dois últimos governos a pobreza e a desigualdade foram reduzidas. No entanto, como analisa Pochmann (2011), entre 1995 e 2009 o aumento da renda se realizou tanto no nível dos detentores de renda de propriedade – de 3,9% em 1995 para 14,3% em 2009 – como no dos detentores de renda do trabalho – de 58,9% em 1995 para 78,5% em 2009. E na média de renda da população ocupada, em 2009, 83,6% ganhavam até 3 salários mínimos, nesse grupo 58,7% ganhavam até 1,5 salário mínimo. A concentração da ocupação está no setor terciário, de serviços e comércio, mais de 57%. As preocupações apontadas por Pochmann (2011) neste documento são: a queda da participação dos setores primário e secundário no PIB: tem havido um processo de desindustrialização; o aumento da ocupação no setor secundário vem se dando por causa da construção civil; são na construção civil, nos serviços e no comércio que se encontram o peso do trabalho informal. Se o setor terciário (basicamente serviços e comércio) está diretamente relacionado aos setores primários e secundários, qual a sustentabilidade desse modelo calcado no setor terciário?

Lima (2007) considerou o projeto do governo

Lula – “Brasil: um país de todos” – uma concertação nacional de diluição da luta de classes. Dentro da “agenda do possível”, mantém a concepção social-liberal, conduzindo um Estado regulador e estimulador de uma “nova cultura cívica”, onde a responsabilidade pela gestão da vida social é de todos – compartilhando o financiamento, a execução e a gestão do conjunto de políticas econômicas e sociais com a sociedade civil e o setor privado. A ampliação do espaço de participação política, nos limites da cidadania burguesa, é o eixo do novo pacto social defendido por Lula. Nessa perspectiva, Lima (2007) destaca a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), as Parcerias Público-Privadas (PPP) e a reforma sindical.

Não se trata da destruição dos sindicatos e dos movimentos sociais, mas de sua reconfiguração colaboracionista, descolada da luta de classes e nos limites da ordem burguesa do tipo capitalismo dependente. (FERNANDES, 1981). Não se trata da atomização dos indivíduos, do individualismo egoísta, mas do estímulo ao associativismo nos marcos da cidadania burguesa e da democracia restrita.

Enfim, em linhas gerais, percebe-se que a proposta “novo-desenvolvimentista” vai ao encontro da proposta de desenvolvimento disseminada pelos principais organismos multilaterais – conciliar Estado, mercado e sociedade civil; exercer um Estado eficiente, governado por gerentes “autônomos e responsáveis perante a sociedade” nas intervenções aos males do capitalismo, como defende Pereira (2004 apud SICSÚ; DE PAULA; MICHEL, 2005) promover políticas de redução da pobreza da ampla massa de trabalhadores; criar parcerias público-privadas, com empresas, bancos e organizações empresariais e da sociedade civil para colaborar nos encaminhamentos das políticas de enfrentamento da “questão social” e na eficácia das instituições estatais, entre outras ações articuladas.

Precisamos ter mais clareza sobre as contradições, os limites e os avanços e as implicações desse modelo novo-desenvolvimentista. No entanto, no âmbito político, é possível perceber a manutenção, talvez até mesmo o aprofundamento, do caráter despolitizador que tem processado os encaminhamentos de políticas públicas dos últimos governantes.

Fernandes (1981), ao se centrar no conflito e no planejamento como mecanismos de mudanças sociais em direção à revolução burguesa em sua totalidade, destaca a necessidade de identificar as correlações de forças inseridas no âmbito conjuntural. No entanto, tal abordagem não deve deixar de conter a “análise realista” da nossa formação histórica, cultural e política; “a compreensão e a explicação objetivas de nossa situação histórico-social” calcadas em duas conexões: o nosso passado

colonial e a condição presente, de “povo periférico e dependente”. (FERNANDES, 1981, p. 166-167), uma vez que: “Ainda hoje não completamos a absorção, a neutralização e a superação da complexa herança negativa, recebida de nosso passado colonial” (FERNANDES, 1981, p. 167). Nada tão atual, mesmo no século XXI.

Desse modo, as tendências de modernização, pelas quais o Brasil não se converteu noutra coisa senão numa nação subdesenvolvida (e, portanto, satélite e dependente), permitem uma terrível falsificação: a de identificar-se a nossa história com a ‘façanha de liberdade’ e com o ‘destino de grande potência’ que não se herdaram com a transplantação pura e simples de complexos culturais. Essas elucubrações (e outras ainda mais fantásticas, como a de ‘organizar o Brasil para o ano 2000’) possuem evidentes funções compensatórias (e, sob esse aspecto, inteligíveis e construtivas). Contudo, deveríamos sair desse círculo vicioso tentando compreender objetivamente por que um país colonial se converte numa nação dependente. (FERNANDES, 1981, p.168-169, grifo do autor).

Para Fernandes (1981, p. 167), “a sonhada posição de independência e de grande potência” não é impossível. “Impraticável seria lográ-la deformando a percepção da realidade e adulterando o uso da razão”.

Nessa perspectiva, para Fernandes (1981, p. 166), o desenvolvimento não é um problema econômico ou um problema social ou político ou cultural, mas macrossociológico e que depende de uma “vontade nacional” afirmada “coletivamente por meios políticos, e tome por seu objetivo supremo a construção de uma sociedade nacional autônoma”. “Coletivamente” porque não se trata de mera “vontade esclarecida (qualquer que seja a encarnação: o ‘empresário inventivo’; o ‘militar patriota’; o ‘burocrata competente’; o ‘político responsável, etc.)” (FERNANDES, 1981, p. 174), ou seja, de elites capazes de realizar bons diagnósticos – precisos e completos – da situação histórica. Mas de elites corajosas e decididas a realizar mudanças estruturais efetivas e com o apoio da população. Entretanto, afirma: “O Brasil não possui elites desse tipo; e, de outro lado, as próprias massas ainda não se projetam no cenário histórico, como atores do drama e fatores humanos de mudanças sociais conscientemente desejadas em escala coletiva”, incluindo “todas as camadas sociais de todas as regiões do País” (FERNANDES, 1981, p. 174-175). Os requisitos estruturais, apontados pelo autor, para se construir um “destino nacional” são a “destruição de estamentos e de grupos sociais privilegiados”,

democratização da renda, do prestígio social e do poder” (p. 175). Até que ponto esse modelo novo-desenvolvimentista pode propiciar a construção de um destino nacional no mínimo nos moldes da clássica democracia burguesa?

5 CONCLUSÃO

Como foi dito anteriormente, esperamos que essa breve análise da trajetória histórico-cronológica sobre o pensamento desenvolvimentista dos anos 1930 até a virada do milênio colabore com algumas reflexões sobre a atual conjuntura desenvolvimentista, na busca de se ter maior clareza sobre as contradições, os limites, os avanços e as implicações desse modelo novo-desenvolvimentista.

À luz de Gramsci (2000), é preciso combinar o pessimismo da inteligência com o otimismo da vontade. Nesse sentido, é necessário questionar se as condições atuais se põem favoráveis à construção de um projeto de sociedade democrática de massa. A atuação conciliadora do governo Lula, entre interesses “potencialmente conflitantes”, realizou-se à custa da despolitização e do enfraquecimento dos movimentos sociais e do movimento sindical, segundo Filgueiras (2010). Satisfaz a massa popular através da “inclusão forçada” no restrito mercado de consumo (MOTTA, 2011) e pela via da “educação para o conformismo” (MOTTA, 2007). Isto é, colabora com a expansão da acumulação do capital centrada no consumo popular, na educação empreendedora (como forma de sobreviver à sua sorte, sem direitos) e sustentada pelo agronegócio (produção de baixo valor agregado). Contudo, a empreitada novo-desenvolvimentista promete recobrar o “atraso” perdido e apresenta novas determinações.

Mas fica uma questão inspirada em Florestan Fernandes (1997, p. 5) “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história” - quais as implicações históricas desse giro para a modernização conciliadora sob a base do novo-desenvolvimentismo?

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Marco de referencia para la acción del Banco en los programas de modernización del Estado y fortalecimiento de la sociedad civil.** Washington, DC, 10 marzo 2000.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva.** Washington, DC, out. 2004.

_____. Luta contra a pobreza: relatório sobre o

desenvolvimento mundial 2000/2001. Washington, DC, set. 2000.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER; GARCIA (Orgs). **Brasil, entre o passado e o presente.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010. p. 57-110.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p.119-141.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia da globalização e (des) caminhos da ciência social. In: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. **Ideologia do desenvolvimento no Brasil:** JK-JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Sobre a teorização do capitalismo dependente. In: FÁVERO, Osmar (Org). **Democracia e educação em Florestan Fernandes.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 8-40.

CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Hacia el objetivo del milenio de reducir la pobreza en América Latina y el Caribe.** Santiago, Chile, feb. 2003. (Libros de la CEPAL, n. 70).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Coleção Passo a Passo, v. 25).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Os circuitos da história.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globais y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização no século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. [S.l.]: Círculo do Livro, 1974.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o "alívio da pobreza"**. 1998. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LIMA, Kátia. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MARINI, Rui Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 103-118.

MOTTA, Vânia C. **Da Ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo**. 2007. 369 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Educação e capital social: orientações dos organismos internacionais para as políticas públicas de educação como mecanismo de alívio à pobreza. In: PAIVA, L.; ANDRADE, J. (Orgs.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

_____. Verbete: capital social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M.; VIEIRA, L. M. F. (Orgs.). **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Instituto José Luiz: Rosa Sundermann, 2008.

OCAMPO, José Antonio. Capital social y agenda del desarrollo. In: ATRIA, Raúl et al (Comps.). **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Santiago do Chile: CEPAL: University of Michigan Press, 2003. (Libros de la CEPAL, n. 71). Cap. 1, p. 25-31.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Estado de Sítio).

PEREIRA, L.C.B. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. 2. reimp. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Comunicado IPEA nº 104**. Brasília: IPEA, 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REDE GIFE. **Censo GIGE 2010**. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/publicacao-censo-gife-20092010-disponivel-para-download-d23545a904f46c8b.asp>>. Acesso: 11 nov. 2011.

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut (Orgs.). **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

VALE, Antônio Marques. **O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso com a educação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

Notas

¹ Segundo Paulani (2008, p. 67), o neoliberalismo é a doutrina de um capitalismo mais duro e livre de regras que, comparado ao liberalismo clássico, é "mais estreito, pois se restringe ao aspecto econômico da vida humana em sociedade e [...] menos 'iluminista', porque depende mais de crença do que de razão".

² Os anos 1930 foram marcados por grandes disputas entre setores sociais tendo em vista os limites impostos pelo sistema político oligárquico, a emergência da burguesia industrial e os impasses do latifúndio

semifeudal aliado ao imperialismo, às reivindicações dos trabalhadores se organizando como classe em si e o papel desempenhado pelas forças armadas. Existe uma vasta literatura sobre o processo de construção da teoria social e do desenvolvimento no Brasil e na América Latina.

- ³ Raúl Prebisch, na Argentina, Celso Furtado, no Brasil, e Aníbal Pinto, no Chile, fazem frente ao pensamento cepalino nesse período.
- ⁴ Não podemos deixar de fazer referência ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) criado em 1955 pelo, então, Presidente da República em exercício, João Café Filho, sucessor interino de Getúlio Vargas, com a finalidade de analisar e compreender criticamente a realidade brasileira, “visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional” (VALE, 2006, p. 17). O ISEB, constituído de intelectuais de várias áreas de conhecimento e diferentes matizes teóricos, foi, segundo Schwartzman (apud VALE, 2006, p. 47) “uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro do país”. Serviu de apoio ao governo populista de Juscelino Kubitschek na formulação de uma “ideologia nacional de desenvolvimento” que seria a “base de uma consciência e cultura autenticamente brasileiras”. (VALE, 2006, p. 22). No entanto, o ideário dos intelectuais filiados ao ISEB de “formar um povo, uma cultura e um caráter brasileiros” (VALE, 2006, p. 27) foi golpeado, em 1964, com a extinção do Instituto.
- ⁵ A proposta de se criar um “sistema mundial de segurança e uma cruzada pela democracia” (LEHER, 1998, p.198), sob a hegemonia estadunidense, resultou na criação de vários organismos multilaterais - Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Grupo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), inclusive a CEPAL – e na predominância de suas orientações na condução das políticas de desenvolvimento econômico, de amenização da pobreza e de segurança.
- ⁶ A “lei do desenvolvimento desigual e combinado” foi formulada por Trotsky em sua História da Revolução Russa (em 2 volumes editados em 1930 e 1932). E desenvolvida mais sistematicamente por George Novack, nos anos 1950-60. Para Novack (2008, p. 17) “a lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico”. Explica a combinação do novo e do velho, do moderno e do arcaico, numa mesma formação social que caracteriza a historicidade dos países atrasados.
- ⁷ Entrevista IHU On-Line: “Falta política a política”. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=7756&cod_canal=41>. Acesso em: 14 out. 2011.
- ⁸ É preciso pontuar que nos Objetivos do Milênio da ONU, elaborado em 2000, consta o objetivo de “todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento”. <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- ⁹ Carlos Nelson Coutinho desenvolve sua análise sobre a formação histórico social brasileira tomando como base de referência o pensamento de Antônio Gramsci. Aplica o conceito de “revolução passiva” de Gramsci para designar o processo da revolução burguesa no Brasil pela via não-clássica, conservando e articulado aos setores “atrasados”, para outros autores um processo de “modernização conservadora”.
- ¹⁰ Ver: HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. 2. ed., 27. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ¹¹ Em 1995, houve um encontro denominado de “primeira cúpula mundial sobre o desenvolvimento social”, realizado em Copenhague. Neste encontro, Jaime Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, considerou que “a distribuição dos benefícios do crescimento representa um dos maiores desafios para a estabilidade do mundo, (pois) as injustiças sociais podem destruir os avanços econômicos e políticos”. (KLIKSBURG, 2002, p. 17). Frederico Mayor (UNESCO), também neste encontro, discorre: “Enquanto se realizam progressos no âmbito conceitual, sobretudo na definição do que deva ser o desenvolvimento humano duradouro na prática, os objetivos econômicos, a curto prazo, continuaram prevalecendo, seja qual fosse o preço social e ecológico dessa miopia” (KLIKSBURG, 2002, p. 20) e Gustave Speth, administrador do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) indicou que enfrentar o problema da desigualdade nas próximas décadas “é algo crucial e inadiável”. (KLIKSBURG, 2002, p. 17-18).
- ¹² Putnam é um pesquisador norte-americano que durante 20 anos, no período entre 1970-1990, analisou o processo de descentralização administrativa da Itália e concluiu que o Norte da Itália era mais avançado que o Sul porque desenvolveu uma cultura cívica que permitiu maior participação e intervenção da população nos problemas sociais imediatos. Isto é, a população do Norte desenvolveu seu capital social enquanto que a população do Sul, herdeira dos traços do autoritarismo histórico, não conseguiu. (MOTTA, 2007).
- ¹³ Motta (2007) discorre sobre a tese de Putnam e realiza um exame crítico respaldado nas análises de Gramsci, em “A Questão Meridional”, sobre o desenvolvimento desigual das regiões Norte e Sul da Itália centrado na luta de classes.
- ¹⁴ Entendemos que as configurações políticas, econômicas e sociais que se realizaram nos anos 1970-90 sob as bases da ideologia neoliberal trouxeram novas determinações, porém como novas expressões da questão social. Isto é, não compreendemos como nova pobreza ou nova questão social, mas sim como novas expressões da questão social, esta inerente à sociedade de classes no modo de produção e civilizatório capitalista.

¹⁵ Na ampla bibliografia norte-americana, sua aplicação foi identificada pela primeira vez no mundo acadêmico, em 1916, por Lyda Judson Hanifan, preocupada com o esvaziamento da cultura cívica na zona rural de West Virginia. Nos anos 1960, Jane Butzner Jacobs aplica o termo em sua pesquisa etnográfica baseada no cotidiano urbano de grandes cidades norte-americanas. No entanto, as definições consideradas mais importantes são as do teórico social francês Pierre Bourdieu (1930-2002), do cientista social James Coleman e do cientista político Robert Putnam, ambos americanos, porém fundadas em diferentes abordagens teórico-analíticas: Jeremy Bentham (1748-1832), James Mill (1773-1836), Alexis de Tocqueville (1805-1859), Karl Marx (1818-1883), Max Weber (1864-1920), Georg Simmel (1858-1918), John Dewey (1859-1952) e Émile Durkheim (1858-1917). Bourdieu e Coleman definem capital social tomando como referência grupos sociais, coletivos e comunitários; já Putnam (2002) se deslocou para o associativismo, para as organizações sociais, redes e normas que inserem comportamentos de confiança e cooperação entre pessoas e instituições em benefício mútuo, como sinônimo de “cultura cívica”. (MOTTA, 2010).

¹⁶ Tal denominação, segundo Sicsú, De Paula e Michel (2005), teve como inspiração um artigo de Bresser-Pereira publicado na Folha de São Paulo em 19 de setembro de 2004 com o mesmo título.

¹⁷ Ver: SADER; GARCIA (Orgs). Brasil, entre o passado e o presente. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹⁸ É importante destacar que, aparentemente, tal proposta tem continuidade no governo de Dilma Rousseff.

¹⁹ Um grupo de economistas publicou, em 2005, o livro Sicsú, De Paula E Michel (Orgs). “Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade”, pela editora Manole, com apoio da Fundação Konrad Adenauer. A Fundação Konrad Adenauer é de origem alemã, com representações em vários países, e seus integrantes são democratas cristãos. Através do modelo de Economia Social de Mercado o grupo objetiva divulgar um modelo integrado de políticas públicas com o objetivo de defender o ideal de justiça social, de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e de solidariedade (Disponível em: <www.adenauer.org.br>. Acesso em: 27 jan. 2007). Bresser-Pereira é um dos autores da obra citada.

²⁰ Na esfera da educação escolar é possível constatar o crescimento de parcerias público-privadas que se realizam, não só com “doações” dos empresários, mas com projetos de intervenção no espaço escolar promovendo uma reforma intelectual e moral para o empreendedorismo e recebendo incentivos fiscais para isso, além do gerenciamento privado de certos setores escolares através do que se regulamentou como Organizações Sociais. Estas são criadas pelos governos para cederem a administração para o setor privado. Segundo o Censo Gife 2010, estão cadastradas no Ministério da Justiça – Cadastro

Nacional de Entidades de Utilidade Pública - 17.681 entidades, sendo que 3.963 são organizações da sociedade civil e 11.954 são entidades sociais de utilidade pública federal, 90 são organizações estrangeiras e 1.674 são associações ou fundações não tituladas ou qualificadas.

Vânia Cardoso da Motta

Pedagoga

Doutora em Serviço Social pela Universidade federal do Rio de Janeiro

Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: vaniacmotta@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Av. Pedro Calmon, nº 550 - Prédio da Reitoria, 2º andar
Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ

CEP: 21941-901